

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TRIUNFO/PE, REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2025.

Aos doze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, na sala de reuniões do TRIUNFO PREV, situado à Praça Monsenhor Eliseu Diniz, s/n, Centro, Triunfo/PE, realizou-se a 8ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Triunfo – TRIUNFO PREV. Estiveram presentes os conselheiros: Alexandre Cleyson Viana, Leydson Thomas de Melo Terto, Sandra Florentino Diniz e Eziuda Maria de Sousa, bem como a diretora-presidente Michelle Nunes Barbosa; Maria da Paz Barbosa; e Maria Rosimere dos Santos Silva, presidente do Comitê de Investimentos. A pauta foi previamente entregue aos participantes, contendo os seguintes pontos: **1.** Leitura das atas anteriores do Conselho Administrativo e do Comitê de Investimentos. **2.** Análise do projeto de Lei de alteração da composição dos conselhos do Instituto e alteração das atribuições segundo Pró-gestão. **3.** Análise dos extratos e aplicações financeiras referentes ao mês de julho de 2025. **4.** Verificação da regularidade das contribuições previdenciárias. **5.** Parecer TCE/PE de Prestação de Contas Governo – 2023. **6.** Prestação de contas (análise de balancetes e balanços) relativa ao mês de julho de 2025 e emissão de parecer. Após verificado o quórum, o presidente do Conselho Fiscal saudou os presentes, declarou aberta a reunião e procedeu à exposição dos tópicos. **1.** Executou-se à leitura e apreciação da Ata nº 7 do Conselho Administrativo, os conselheiros tomaram ciência dos registros anteriores e não apresentaram ressalvas. Em seguida, leu-se a Ata nº 8 do Comitê de Investimentos. O Conselho Fiscal analisou a evolução patrimonial do TRIUNFO PREV, o enquadramento dos fundos, a aderência à Política de Investimentos, a rentabilidade e a volatilidade da carteira. Verificou-se a superação da meta atuarial no período, conforme relatório de rentabilidade. O Conselho ratificou a decisão do Comitê de manter a estratégia de preservação do capital, e solicitação do estudo ALM para nortear o balanceamento da carteira, emitindo parecer favorável as atas e relatórios examinados. **2.** O presidente do Conselho relatou que conforme orientação do Conselho deliberativo a mudança da legislação deveria estar associada com a atualização do regimento interno dos conselhos. Sendo assim, restou combinado, por unanimidade dos

conselheiros, uma reunião extraordinária com a presença de ambos os conselhos (administrativo e fiscal) para composição da minuta de atualização do Regimento Interno vigente. **3.** Com relação a este item o Conselho analisou os extratos bancários e aplicações financeiras do mês de julho de 2025. Constatou-se que o TRIUNFO PREV apresentou uma rentabilidade de 1,19% no período, superando a meta atuarial de 0,73%, conforme relatório de desempenho dos investimentos, indicadores considerados positivos. Verificaram-se o enquadramento dos fundos, a aderência à Política de Investimentos, a rentabilidade e a volatilidade da carteira. Apurou-se que o saldo total em contas foi de R\$ 6.994.361,38 (seis milhões, novecentos e noventa e quatro mil, trezentos e sessenta e um reais e trinta e oito centavos), com rentabilidade mensal de R\$ 81.613,54 (oitenta e um mil, seiscentos e treze reais e cinquenta e quatro centavos). O relatório apresentado foi aprovado por unanimidade. **4.** Sobre a regularidade das contribuições previdenciárias, analisaram-se as guias de recolhimento, sendo verificada a regularidade dos repasses das contribuições dos servidores ativos e das obrigações patronal e alíquota suplementar, tanto por parte da Prefeitura quanto da Câmara Municipal. **5.** Procedeu-se a leitura do Parecer Prévio do TCE/PE para as contas de governo de 2023, do município de Triunfo/PE, que apontou, dentre outras coisas, com relação a previdência, a adoção de alíquota de contribuição normal (patronal) inferior ao limite legal. O relatório expõe: “A Lei Federal nº 9.717/1998, em seu art. 2º, estabelece que a contribuição dos municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, **nem superior ao dobro** desta contribuição. As alíquotas de contribuição dos segurados respeitaram os limites constitucional e legalmente estabelecidos. E foram as sugeridas pela reavaliação atuarial. Já no caso da contribuição patronal, o município acostou no processo de prestação de contas o Documento 40 (que, em tese, deveria trazer a legislação pertinente às alíquotas de contribuição para o RPPS) contendo a LC nº 38/2021, que estabelece que a alíquota patronal seria de 28% (e, **conforme pode-se verificar no item 8.4, esta foi a contabilizada e recolhida**). Ocorre que a referida LC nº 38/2021 (doc. 40) não revogou o percentual de 3%, a título de taxa de administração da contribuição patronal, que a LC nº 37/2021 (doc. 64), estabeleceu. De forma que a alíquota patronal correta, de acordo com os normativos, seria de 31%. Assim sendo, conclui-se que a alíquota de

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Triunfo/PE

Praça Monsenhor Eliseu Diniz, s/n, Centro - Triunfo PE – CEP 56.870-000

CNPJ 04.783.285/0001-35 Celular/WhatsApp (87) 9.9974-7767

E-mail: triunfoprev2@gmail.com Site: www.triunfoprev.pe.gov.br

contribuição patronal, efetivamente praticada, não respeitou os limites legalmente estabelecidos, apesar da alíquota de 31%, fixada na LC nº 37/2021 (doc. 64), ter sido a sugerida pela reavaliação atuarial. (pág. 101)”. Questionamos o atuário, Jorge Tiago, sobre isso, que respondeu ao TCE e a nós com a afirmação de que se o custo patronal não pode exceder o percentual de 28% ele está incluso no mesmo, que corresponde ao limite estabelecido no art. 2º da Lei Federal nº 9.717/98. E que o TCE demonstrou entender que a alíquota máxima patronal é de 28%, embora apontou que devido a alíquota de 3% da taxa de administração o custo normal resultaria em 31%. Segundo o atuário, o percentual da taxa ser incluso no custo patronal foi permitido por meio da Portaria SEPRT nº 19.451. Na época foi feito estudo atuarial para alteração da legislação que já previu que o custo normal já seria adicionado da taxa de administração. E posteriormente é que foi elaborada a LC nº 38/2021, com as novas alíquotas suplementares já compensando esse valor, uma vez que o limite do custo normal já era o adotado. Foi por este motivo que a mesma não revogou o percentual de 3%, a título de taxa de administração da contribuição patronal da LC nº 37/2021. O atuário afirmou que o repasse está ocorrendo de forma integral, mas que deixou mais claro, no DRAA 2025, esta informação. O conselho entendeu a explicação do atuário e ratificou a decisão, salientando a importância de evidenciar tal informação para que não haja questionamentos futuros por parte do TCE/PE, uma vez que a prefeitura municipal repassa integralmente os valores para o TRIUNFO PREV, por saber, valorizar e entender quão justo é garantir o salário de cada um dos aposentados. 6. Sobre a prestação de contas – julho de 2025: foram disponibilizados para análise: receitas e despesas, empenhos, demonstrativos financeiros, extratos bancários, comprovantes de repasse de encargos sociais, folhas de pagamento, notas fiscais, relatórios de investimentos, mapa de benefícios, extrato de regularidade do CRP, envio do DAIR de junho (21/07/2025) e envio do DIPR do bimestre maio-junho (29/07/2025), entre outros documentos. Concedeu-se a palavra aos conselheiros para análise e manifestação. Após análise detalhada, os conselheiros manifestaram-se favoráveis, destacando o cumprimento das normas legais, da taxa de administração, das obrigações previdenciárias, do COMPREV, do enquadramento dos investimentos e da legalidade dos benefícios concedidos. Assim, a prestação de contas do mês de julho de 2025 foi aprovada por todos os conselheiros presentes. **PARECER:** Os membros do Conselho

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Triunfo/PE

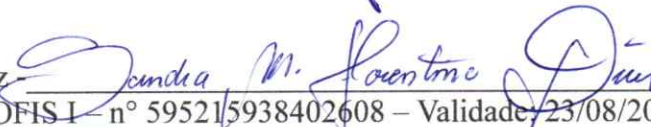
Praça Monsenhor Eliseu Diniz, s/n, Centro - Triunfo PE – CEP 56.870-000


CNPJ 04.783.285/0001-35 Celular/WhatsApp (87) 9.9974-7767

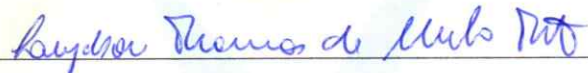

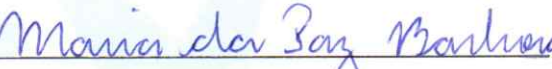

E-mail: triunfoprev2@gmail.com Site: www.triunfoprev.pe.gov.br

Fiscal, abaixo assinados, após análise da documentação referente à prestação de contas do mês de julho de 2025, emitiram parecer favorável à sua aprovação, recomendando que sejam remetidos o parecer e os documentos analisados ao Conselho Administrativo para apreciação. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. Lavrou-se a presente ata, que, lida e aprovada, segue assinada por mim, Sandra Florentino Diniz, secretária, e pelos demais conselheiros presentes. Triunfo/PE, 12 de agosto de 2025.

Alexandre Cleyson Viana 
~~Presidente CP RPPS~~ COFIS I – nº 650590505552610 – Validade: 05/10/2026
Conselho Fiscal
Presidente

Sandra Florentino Diniz 
CP RPPS COFIS I – nº 595215938402608 – Validade: 23/08/2026

Eziuda Maria de Sousa - 
CP RPPS COFIS I – nº 831145237712612 – Validade: 13/12/2026

Leydson Thomas de Melo Terto - 
 Michelle Nunes Barbosa.  Maria das Graças Barbosa
 Marcelo Resimene dos Santos Silva